

As mudanças

Martlia Martins

O cotidiano anda virando a história de cabeça para baixo. As listas de best-sellers não se cansam de dar provas desta reviravolta. Primeiro foram os estrangeiros. Quem frequenta as livrarias em busca de lançamentos na área de História, nos últimos dois anos, passou a conviver com uma avalanche de nomes até então desconhecidos, como Robert Darnton, ou Anne Vincent Buffault. E rapidamente um livro como *O Queijo e os Vermes*, do italiano Carlo Ginzburg, narrando a vida provinciana de um fazedor de queijos na Itália do século XVI, vítima da Inquisição, saltou para as listas dos mais vendidos, ficando por ali pelo menos dois meses. Parecia estranho: no lugar das grandes revoluções, dos movimentos sociais, no lugar das estratégias para se tornar o poder do Estado, uma nova História ocupava as prateleiras — uma História dos gestos, dos sentimentos, das posturas, enfim, uma História das mentalidades, que, ao invés dos grandes eventos, se ocupava do cotidiano, das pequenas, do cotidiano. O sucesso editorial foi tamanho que, até agora, quase cem títulos já foram traduzidos ou constam dos planos próximos das editoras. Quem imaginou porém que esta nova História iria se limitar às traduções, se enganou. Agora uma outra novidade começa a sacudir o mercado: a versão nacional desta História do cotidiano e das mentalidades. E não faz por menos: a produção dos ensaístas brasileiros anda revirando a História do Brasil de cabeça para baixo, renovando objetos de estudos e promovendo tumultos nos seminários universitários.

Tudo começou na programação comemorativa dos cem anos da Abolição. Em quase todas as universidades brasileiras, congressos foram organizados reunindo especialistas em animadas discussões. Na pauta, os trabalhos do Centro de Memória da Unicamp, escritos por uma nova geração de historiadores que, pesquisando o cotidiano e o imaginário, passou a contestar a visão histórica segundo a qual o escravo foi praticamente ausente do processo de Abolição. Na alça de mira, estavam estudos clássicos de pesquisadores do porte de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni, Celso Furtado. Era nos estudos destes especialistas que, respaldados em conceitos marxistas, se encontrava a observação de que os negros escravos no Brasil sempre foram massa inerte, desagregada, luculata, e seu isolamento econômico e cultural foi produto de sua incapacidade de sentir, pensar e agir socialmente como homens livres. Assim, um ensaio como *Onda Negra, Medo Branco*, da paulista Célia Marinho de Azevedo, revalorizou o peso das revoltas locais de escravos, suas greves e até os crimes cometidos por negros como forma de pressão para acabar com o cativeiro. E o professor Robert Slenes, pesquisando documentos de compra e venda de escravos (as chamadas "matrículas"), na região de Campinas, descobriu, por exemplo, que as senzalas

Uma nova tendência nos estudos de História, que já se materializa nas prateleiras das livrarias, questiona velhos preceitos da História do Brasil e põe o cotidiano em cena.

não foram o porão de promiscuidade e sexo grupal que se imaginava. No livro que está escrevendo, com o título de *Padrões de Casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava*, Slenes afirma que "no cativeiro os negros mantinham uniões sexuais estáveis e monogâmicas e a grande maioria das crianças passava seus anos de formação na companhia de ambos os pais". Em resumo: a família escrava aparece como um dos muitos pontos em que os costumes do colonizador e os hábitos africanos se confrontaram e se adaptaram mutuamente. Esta nova História privilegia, portanto, um confronto cotidiano entre escravo e senhor, confronto das minúcias, das pequenas estratégias de resistência, que não passam apenas pela tomada do poder do Estado.

Mas ousadias como estas, que contestam uma produção histórica de tanto peso e importância, não se fazem sem um preço. E a reação não demorou. Há menos de um mês, na abertura de mais um congresso sobre a Abolição, no Rio, a professora cearense Maria Iedda Linhares, 66 anos, fez uma comvente e inflamada defesa de sua geração. E não deixou em tributar esta nova História do cotidiano e das mentalidades ao crescimento de um novo pensamento. Je direita no país. "Este é mais um modismo de quem tenta fugir dos temas concretos, de quem se esquia de pensar a transforma-

ção social", adverte Maria Iedda, "é uma História que tem preguiça de se debruçar sobre arquivos, de quem recusa a realidade e prefere escrever historinhas romaneadas, de fácil leitura, produtos da construção mental do historiador". Ela garante que, nos seus 44 anos de magistério, na UFF e na UFRJ, já viu muitas modas passarem. "Esta é apenas mais uma onda que nasce da desesperança, do ceticismo diante das possibilidades de transformação social", diz. "pode ser fasciante, mas não é convincente". Ao seu lado, o historiador Cléo Flammarion Cardoso também atribui a voga desta nova História a um momento de crise. "Uma das razões do interesse pelo cotidiano é a crise de ética que estamos atravessando, tanto da ética marxista, quanto da ética cristã", comenta Flammarion. Na sua opinião, quem procura o cotidiano de um outro período busca, na verdade, conhecer uma outra ética, entrar em contato com novos padrões de comportamento. Uma busca, portanto, entre a nostalgia e o desespero.

A resposta a estas acusações de conservadorismo não se fez esperar. Até porque os estudos comprovam que Marx e História do cotidiano nunca foram incompatíveis. O historiador Ronaldo Vainfas, 33 anos, presta a defender sua tese de doutorado na USP, com o título de *Trópico dos Pecados (Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil Colônia)* é um dos que percebem uma trilha comum entre as duas metodologias. "Nós abrimos mão de certos conceitos ortodoxos, como o da determinância da estrutura econômica, mas mantivemos a mesma preocupação com a contradição social", diz Vainfas. E acrescenta que "aqueles que acusam a História do cotidiano de ficar tão microscópica a ponto de perder a capacidade de extrair dali conclusões mais genéricas, mais ligadas à totalidade social, se esquecem que uma História econômica regional também corre o mesmo risco de se perder em estatísticas, numa crônica do movimento das fábricas". Vainfas, na sua tese de mestrado, já apontava novidades importantes, como as provas de que no Brasil os jesuítas não só eram grandes proprietários de escravos (inclusive separando famílias negras na hora da venda, e aplicando castigos corporais, ainda que mais leves), como também se apresentavam como ideólogos da escravidão, considerando-a um mal necessário. Agora, em seu novo livro, se dedica a dissecar o cotidiano da população colonial, através dos processos da Inquisição guardados na Torre do Tombo (o Arquivo Nacional Português), a fim de rastrear os rigorosos preceitos morais que regiam a vida daquela altura. "Os tropícos não eram de forma alguma o reino da licenciosidade que pregaram alguns historiadores", garante.

Uma colônia de hábitos morais regados, negros que participam da própria Abolição, a História do Brasil que está sendo escrita por estes novos pesquisadores é uma caixa de surpresas. O antropólogo balano Luiz Mott, 42 anos, também se dispôs a revirar os códigos morais da Colônia, pelo viés dos processos inquisitórios, e tem agora um livro no prelo. *Escravidão, homossexualidade e diabo-*



Hismo, a sair pela editora Icone, se dispôs a mostrar como as práticas sexuais se apropriavam das crenças religiosas para se apresentarem como forma de resistência cotidiana à opressão. "Encontrei inúmeros processos por sodomia envolvendo senhores e escravos em que as relações de dominação subitamente se invertiam", conta Mott, "isto sem falar nos senhores processados por abusos sexuais sob o pretexto do castigo corporal". Além de Mott, também a professora carioca Magali Engel, 32, se dedicou ao estudo de comportamento, desta vez tomando como fonte o discurso médico. Ela publica em abril próximo, pela editora Brasiliense, a tese *Meretrizes e Doutores: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro (1840-1890)*. "A construção de uma ordem burguesa no Brasil, a repressão aos vagabundos, aos bêbados, às prostitutas, tem uma função tão importante quanto a repressão política direta ao operariado", defende Magali. Por isso, na sua opinião o cotidiano não apenas tem uma dimensão política fundamental quanto pode ser considerado uma espécie de microcosmo do todo. "Pelo menos, a História do cotidiano, ao contrário das grandes generalizações, jamais perde de vista que afinal somos criaturas de carne e osso, temos sangue nas veias e não somos sequer remotamente parecidos a máquinas, com reações passíveis de previsão."

s silenciosas

A banca dos açougueiros na Holanda do século XVII, gravura anônima, Collection Viollet



Magalhães considera a produção historiográfica desta nova corrente como uma reação ao que chama de "pseudomarxismo", ministrado nas universidades nos anos 70. "A ortodoxia se converteu numa espécie de ditadura acadêmica, que impedia os alunos de terem uma leitura proveitosa de autores considerados de 'direita', como Weber e Foucault". Uma opinião semelhante à da professora Maria Odília Silva Dias, titular de História da Universidade de São Paulo, autora de *Cotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*, publicado pela editora Brasiliense. "Havia na universidade, em especial na USP, uma preocupação excessivamente abstrata em construir sistemas explicativos, estruturas às vezes mal adaptadas às especificidades das formações brasileiras", pondera Maria Odília. Por esta razão, ao invés de fazer um estudo teórico sobre o mercantilismo, por exemplo, ela resolveu estudar os comerciantes portugueses no Brasil colonial, a formação de sua fortuna, as relações com a burocracia, com os fazendeiros e, sobretudo, com os contrabandistas, presentes em todos os níveis da hierarquia social. O resultado foi um estudo primoroso, onde as contradições sociais são observadas nas suas mais ínfimas manifestações, no dia-a-dia mais detalhado. A luta de classe como que aparece por inteiro, em carne e osso.

Uma restrição que pode ser feita a

esses especialistas brasileiros da História das mentalidades é a inaportação, às vezes um tanto mecânica, de técnicas e métodos teóricos criados na França. A ressalva vem com a máxima autoridade: é feita pela historiadora Anita Novinski, da USP, tida como a precursora desta nova História no país. Anita introduziu a História das mentalidades em São Paulo na década de 70 depois de ter trabalhado como orientanda, na Escola de Altos Estudos, em Paris, de Robert Mandru, um dos mais notáveis expoentes desta corrente histórica. Em 1975, defendeu uma tese de doutorado de Estado, na Universidade de Paris, sobre a Inquisição e os heterodoxos portugueses no Brasil. "Quando comeciei a falar em História das mentalidades em São Paulo, foi um bafafá, uma reação terrível", diz. "Inclusive entre os estudantes, profundamente marcados pela tendência economicista e marxista".

Para professores e estudantes, a História das mentalidades parecia, no rude cenário dos anos 70, mera perfumaria intelectual. Ainda hoje, Anita reconhece, esta tendência de pesquisa enfrenta muita resistência e tem seu campo de trabalho muito mal delimitado. "A História das mentalidades não é a História das idéias, nem a História das ideologias, como se costuma crer", distingue. "ela tem um objeto bem mais sutil". Seu objetivo seria pensar o coletivo, as represen-

tações, os mitos, os rituais que expressam uma determinada visão de mundo. Anita acabou, por exemplo, de chegar de um simpósio em Washington, promovido pela American Historical Association, todo ele dedicado ao estudo dos gestos.

Para Anita, um precursor inconsciente desta tendência no Brasil teria sido o falecido folclorista Luiz da Câmara Cascudo. "Ele fazia História das mentalidades sem o saber", diz. Na França, quando o grupo de historiadores voltados para o cotidiano, conhecido como os historiadores dos "Anais", se firmou, houve uma forte reação dos marxistas. "Isso porque", assegura Anita, "a História das mentalidades mostra que se pode mudar rapidamente o sistema econômico de um país, mas não a maneira de pensar de seus habitantes". Dá o exemplo soviético: "A URSS se transformou radicalmente em 50 anos, mas não o modo de pensar e de agir dos soviéticos, que pode ainda ser comparado ao do tempo dos czares".

Anita ressalva apenas que hoje os historiadores marxistas reconhecem que as mudanças de superestruturas são mais lentas, e que existe uma autonomia relativa do mental no coletivo.

Dentre os professores apontados como adeptos dos novos métodos, por conta de seus livros publicados, há também quem recuse esta denominação. É o caso da historiadora Sílvia Lara, 32 anos, um dos nomes do polêmico Centro de Memória da Unicamp. Autora de *Campos da Violência*, editado este ano pela Paz e Terra, um estudo sobre as relações entre senhor e escravo na capitania de Campos, no Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XVIII, Sílvia Lara não considera o que faz História do cotidiano. "Não quero fazer divisões entre econômico, o político, o social, o cotidiano e as mentalidades", diz Sílvia Lara, "quem faz esta repartição da realidade é o marxismo ortodoxo". Ela acha que toda História é cotidiana e que portanto "uma História do cotidiano em si simplesmente não existe". Sílvia reconhece que há certas histórias do cotidiano que trabalham com a ausência de diferenças de classe, mas garante que não é o seu caso e nem o dos pesquisadores do centro de Campinas. "Gosto de usar a categoria de experiência, um conceito que traduz as relações sociais no concreto e lembra a todo instante a possibilidade de generalizações."

Entre os historiadores consagrados, há também aqueles que vêm com simpatia esta nova tendência nos estudos de História, ainda que sem adotá-la no seu próprio trabalho. O mineiro Francisco Iglésias, da UFMG, é um deles. "Ao contrário do que muitos imaginam, esta é uma linha de trabalho que exige um volume gigantesco de documentos a serem consultados, para que se sustenham as minúcias das descrições. E se na Europa, a

pesquisa do cotidiano, foi feita pioneiramente pela École Des Annales, nos anos 30, por autores como Marc Bloch, Lucien Febvre, Iglésias lembra que, também aqui no gênero foi plenamente exercitado por Alcantara Machado, em *Vida e Morte do Bandeirante*, de 1977, e por Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*, de 1933. E vai ainda mais longe em sua defesa veemente: "contrapor a escola das mentalidades a Marx é uma demonstração cabal de uma visão empobrecida do marxismo", afirma. "Na Ideologia Alemã, Marx critica explicitamente a História que se atém apenas aos negócios do Estado e elogia Voltaire por ter escrito um livro como *Ensaio sobre os costumes das nações*, de 1788, mostrando como viviam as populações mais pobres."

Críticas teóricas à parte, o que não se pode negar é a inequívoca qualidade de alguns trabalhos. Como *O Diabo e a terra de Santa Cruz*, de Laura Mello e Souza, sobre a feticção no Brasil colonial. Ou

ainda o livro *Ser Escravo no Brasil*, da pesquisadora grega, naturalizada brasileira, Katia de Quelros Mattoso, onde, em meio a mais de 18 mil cartas de alforria redescobertas, aparecem os muitos meios que os escravos tinham de ganhar as boas graças de seus senhores. Lá estão, por exemplo, os escravos de ganho, serviços domésticos remunerados, que, fazendo economia destas pequenas gorjetas, podiam comprar, por exemplo, a comprar seus próprios escravos, antes mesmo de conquistar a própria alforria. E há também a pesquisa da antropóloga paulista Manuela Carneiro da Cunha, intitulada *Negros, Estrangeiros*, publicada pela editora Brasiliense, que mostra um fato impressionante: o tráfico negreiro tinha dois sentidos no Brasil, uma vez que, paralela à importação, até 1830 (data da proibição oficial do tráfico), houve também uma exportação de volta à África, de mais de 30 mil trabalhadores, parte deportada pelo Império, assustado com crescentes revoltas de escravos, parte comprando sua própria liberdade e passagem de volta.

A estas revelações se acrescenta o fato de que muitos destes ensaios são escritos de forma bastante sedutora para o leitor leigo. Um tanto como o livro *O Queijo e os Vermes*, de Guinzburg, que se lê como um romance. "Parecer com um romance, para um livro de história que, ao invés de heróis, fala de pessoas anônimas, não é defeito", diz Ronaldo Valinas. "afinal, o trabalho do historiador também exige imaginação, uma imaginação que só se diferencia da imaginação ficcional porque não é totalmente livre, mas obedece a um roteiro pré-traçado pelas fontes, pelos documentos consultados."

Participaram: Roberto Comodo (São Paulo), Raimundo Lima (Salvador) e Lúcia Gazolla (Belo Horizonte).

Maria Iedda Linhares:
"Pode ser fascinante, mas não é convincente."